

Dos Povos Sambaquis às Sociedades do Mangue – O antropoceno como colonialismo

From the Sambaquis People to the Mangrove Societies - The anthropocene as colonialism

Flávio José de Moraes Junior¹

RESUMO:

Este artigo aborda o conceito de antropoceno e sua crítica, mobilizando um estudo de caso nos manguezais próximos à Reserva Biológica e Arqueológica de Guanabara, Rio de Janeiro. Recorrendo à noção de sociedade dos mangues, elaborada por Josué de Castro, buscamos analisar de forma multidisciplinar a linha de continuidade entre a economia colonial e os crimes ambientais contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno; Sociedade dos Mangues; Anticolonialismo

¹ Cientista social e mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Dirigiu e roteirizou o curta-metragem O Mangue de Todos os Brasis (2022). E-mail: f.moraes@riseup.net . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9145-7924>

ABSTRACT:

This article addresses the concept of the anthropocene and its critique, mobilizing a case study in the mangroves near the Guaratiba Biological and Archeological Reserve, Rio de Janeiro. Using the notion of mangrove society, developed by Josué de Castro, we seek to analyze in a multidisciplinary way the line of continuity between the colonial economy and contemporary environmental crimes.

KEYWORDS: Anthropocene; Society of Mangroves; Anticolonialism

Introdução

No presente artigo buscamos analisar o debate contemporâneo sobre o conceito de antropoceno, articulando suas implicações ecológicas e geopolíticas com um estudo de caso entre catadores de caranguejo nos manguezais de Guaratiba (RJ). Almejamos apresentar uma breve história multidisciplinar dos manguezais do Rio de Janeiro, buscando evidenciar a resistência de populações pobres, indígenas e negras para a preservação deste ecossistema. Do latifúndio à predação industrial, procuramos traçar uma linha de continuidade entre o processo colonial e a ideia de antropoceno.

Nesta primeira parte debateremos brevemente o conceito de antropoceno e sua distinção radical entre homem e natureza. Na segunda parte, vamos analisar de forma sucinta o histórico de ocupação dos manguezais de Guaratiba (RJ), relacionando com o contexto macropolítico do Brasil. Por fim, na última parte do artigo, nos debruçamos sobre a pesquisa de campo em uma comunidade de catadores de caranguejo. A partir de situações e questões levantadas em campo debateremos temas relevantes para contexto social, ecológico e político contemporâneo brasileiro.

O conceito de antropoceno foi criado pelo cientista Eugene Stoermer e amplamente divulgado pelo químico ganhador do prêmio Nobel, Paul Crutzen. O termo faz referência ao fim do Holoceno, era geológica que durou 12 mil anos. A mudança de era geológica é caracterizada pelas transformações físicas, químicas e biológicas no planeta terra conduzidas pela ação do homem. As mudanças climáticas, a mudança da composição química da atmosfera, a transformação dos solos, a acidificação dos oceanos, a emissão de gases poluentes e a contaminação de ecossistemas com lixo tóxico contribuem para um quadro de destruição, no qual temos a sexta maior extinção de espécies de animais da história do planeta (MURARI; SOMBRA, 2020), (GUZZO; TADDEI, 2019).

Como indicam Viveiro de Castro e Déborah Danowski (2014): “a história humana já conheceu várias crises, mas a assim chamada “civilização global”, nome arrogante para a economia capitalista (...) jamais enfrentou uma ameaça como a que está em curso.”². São problemas que vão muito além das mudanças climáticas ou do aumento dos níveis do mar. São múltiplas crises ambientais e políticas que estão se afunilando para o mesmo tempo histórico. A desidentificação do *homo economicus* com a natureza, tornando o mundo um objeto a ser manipulado e explorado pela economia capitalista, implicou em uma inversão mortífera, onde ambientado se torna o ambiente, o homem, uma força geológica.

As perspectivas que atravessam o conceito de antropoceno mobilizam empresas de tecnologia, governos e universidades a pensarem soluções tecnológicas como o suporte principal para a sobrevivência humana ao desmoronamento ambiental (MURARI ;SOMBRA, 2020). Um modelo de governança ambiental estruturado em uma suposta neutralidade política das ciências naturais, uma governança sem fronteiras políticas, em nome da humanidade. No bom antropoceno, o ser humano, após o colapso da natureza, redesenha o mundo à sua maneira, criando um novo éden com biotecnologia, energia nuclear e geoengenharia (MURARI; SOMBRA, 2020).

O conceito antropoceno deriva do prefixo "anthropos" que significa humano ou homem, a generalização incutida neste conceito esconde os reais responsáveis pela crise ambiental. O discurso de que a presente crise ambiental é algo compartilhado por todas e todos não pode ser

² DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 11.

confundido com a igualdade de responsabilidades. São evidentes também as desiguais formas e as intensidades nas quais grupos sociais, gêneros, etnias e raças são afetados por crises ambientais. Mirzoeff (2017) aborda a questão de forma sucinta e direta: “Que tipo de homem é subentendido quando falamos de antropoceno?” Esse homem é um velho conhecido: o homem branco. Como indica o autor, não se trata do antropoceno, mas da mesma cena da supremacia branca euro-americana e toda sua bagagem conceitual.

Mirzoeff (2017) afirma que a própria noção de humanidade, o conceito de vida, é perpassado pela ideia da supremacia branca. Os não humanos, os que eram “mais natureza do que cultura”, são populações colonizadas, africanos, ameríndios, asiáticos ou qualquer não branco fora dos limites da razão universal iluminista. São seres que foram classificados ao longo da história pelos brancos como mercadoria, moeda de troca, objeto. No antropoceno, os representantes das antigas colônias reivindicam a si mesmo o título de mestres geológicos do mundo, aqueles que realizam o diagnóstico e prescrevem e executam as soluções.

Em suma, o próprio conceito de humano foi fundamental para que os brancos europeus se sentissem no direito de colonizar o restante do mundo, massacrar, estuprar, roubar, exterminar povos e culturas em nome da civilização. “Somos mesmo uma humanidade?” É o que indaga Ailton Krenak (2019). Segundo a liderança indígena, fomos muito tempo “embalados com a história de que somos uma humanidade”³ e fomos alienados da terra, do que chamam de natureza, pensando nela como um objeto, uma fonte de recursos e mercadoria.

Segundo Krenak (2019), os grupos que apresentam resistência a esse projeto de deslocamento da terra são pequenos núcleos, são caixaras, índios, quilombolas, aborígenes, em suma, todos que foram classificados ao longo da história da civilização como sub-humanidade.

A ideia de nós, os humanos, nos deslocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (KRENAK, 2019, p.17)

A distinção entre organismo e meio, oriunda do darwinismo, que estabelece a competição como um dos principais fatores da evolução biológica, nos fez acreditar que a natureza é uma fonte de recursos a ser disputada, e não uma parte integrante do que se entende como humano (TSING, 2019).

Munidos das mesmas ideias que destruíram o mundo, Estados e corporações agora indicam o desastre ambiental e social como um desafio de empreendedorismo. É o mito da sustentabilidade, que visa, sobretudo, sustentar o mercado em uma era de destruição, vendendo suas próprias ruínas. A sustentabilidade deposita todas as fichas em soluções de consumo e comportamento.

T.J Demos em entrevista para Sombra e Murari (2020), indica que um dos grandes perigos do conceito de Antropoceno é a colonização do futuro. A única solução, nesta perspectiva, é o desenvolvimento econômico e tecnológico. No futuro, colonizaremos outro planeta, viveremos em bolhas artificiais ou qualquer outro meio onde a ciência e as corporações privadas substituam a natureza, tornando-se uma grande mãe. É a governança climática ou a velha cena do colonialismo?

³ KRENAK, 2019, p.14.

Adiar o fim do mundo, empurrar o céu um pouco mais ao alto, é necessariamente uma tarefa anticolonialista. Os conceitos e as ideias das chamadas populações tradicionais, que resistem há séculos ao etnocídio, possuem a crítica necessária para que a dita civilização possa se enxergar de forma mais realista.

O antropoceno, o avanço da chamada civilização na destruição da natureza, não é algo abstrato para as populações originárias. Conceitos abstratos como “a era geológica do homem”, muitas vezes em suas representações científicas totalizantes, fazem perder de vista os rostos humanos afetados por doenças, escassez de alimento, água, habitação, apagam sobretudo o nome dos culpados, das indústrias, dos conglomerados que vendem e colonizam nosso futuro. O cinema documentário como uma prática artística tem a potência de mostrar os rostos humanos afetados pela destruição, suas narrativas, sua resistência, mostrar os mecanismos de destruição, visibilizar a linha de continuidade entre o colonialismo e os crimes ambientais contemporâneos.

Em 2018 iniciei uma pesquisa desenvolvida na região de mangue de Barra de Guaratiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro, para o documentário “O mangue de todos os brasis”⁴. Nesta experiência, tive o privilégio de acompanhar catadores de caranguejo da região nos processos do ciclo do caranguejo. O documentário está em finalização, contudo, a pesquisa desenvolvida no território, atrelada à história das sociedades dos mangues, fornece correlações importantes para compreender linhas de continuidade entre o colonialismo, o antropoceno e os atuais crimes ambientais. Em uma abordagem multidisciplinar, proponho a reflexão sobre o conceito de antropoceno, recorrendo a um caso concreto de um território.

Guaratiba - o antropoceno como um processo colonial

A reserva biológica estadual de Guaratiba fica localizada na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e está situada na zona leste da baía de Sepetiba. Ela foi criada pelo decreto estadual número 7.549, em 1974, com o objetivo de preservar os manguezais e os sítios arqueológicos que lá se encontram.⁵

O histórico institucional dos limites da reserva sofreu modificações ao longo dos anos, beneficiando o Exército brasileiro. Em 1982, o decreto estadual número 5.415 modificou os limites da reserva com a instalação do Centro Tecnológico do Exército (CTEx). Em 2002, regiões próximas aos rios Piracão e Piraquê, principalmente seus manguezais, passaram a ser protegidos por lei. Em 2010, a reserva biológica redefiniu os limites, incluindo a área do Campo do Saco, desvencilhando novamente outras terras para o Centro Tecnológico do Exército.⁶

Guaratiba é uma palavra em tupi-guarani, composta pelos termos *agwa'rá* (guará) e *tyba* (ajuntamento), e nomina o território em referência à grande quantidade de guarás na região, ave que hoje está em extinção. Os tupi-guarani viviam nas terras até 1579, quando foram roubados pela coroa portuguesa que doou uma sesmaria, situada ao norte da ilha de Marambaia da Barra, para o português Manoel Velloso Espinha, que construiu engenhos de açúcar para produzir aguardente para exportação. (FERNANDES, 2010) (MOTA, 2009). Os autores não fazem menção especificamente à mão de obra que construiu esses engenhos em 1579, início da

⁴ O documentário foi contemplado pela Lei Aldir Blanc em 2020. Direção e roteiro de Flávio Moraes e Thuan Mozart.

⁵ Informações retiradas do site do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Link: <http://www.inea.rj.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2021.

⁶ IDEM

colonização. Provavelmente, no período, a família de Manoel Velloso Espinha utilizou mão de obra escrava indígena. No século XVIII, com a expansão de outros engenhos na região, muitas pessoas negras escravizadas foram trazidas para Guaratiba, a maioria escravizada e comercializada pela família Breves. Ainda no século XVIII, a região vivenciou um período de expansão dos cafezais, devastando considerável parte da mata atlântica das serras. (FERNANDES, 2010).

O comendador Joaquim José de Souza Breves manteve na ilha da Marambaia um empreendimento escravocrata lucrativo que se expandiu rapidamente. Em resistência ao projeto de escravidão e latifúndio, quilombolas se organizaram nos manguezais da região de Guaratiba. Hoje, as mesmas terras se encontram em disputa entre a Marinha do Brasil⁷ e os quilombolas que resistem há 150 anos nos manguezais (LOPES, 2010). Outras comunidades, ao longo desta história de roubo, etnocídio e escravidão conseguiram resistir às investidas do Estado e do meio privado contra uma existência acoplada à ecologia dos manguezais, que desafiam a ideia europeia de distinção entre humanidade e natureza. São comunidades que foram definidas por Josué de Castro como sociedades dos mangues.

A pesquisadora Marta Vanucci, primeira mulher membro-titular da Academia Brasileira de Ciências, em uma investigação sobre a palavra mangue, desvendou sua origem. Segundo ela, o termo não tem origem no latim nem no árabe nem mesmo tem origem indígena, como muitos autores supõem. Em conversa com doutor Salif Diop, Marta Vanucci chegou a conclusão de que o termo mangue vem da língua materna do Senegal, o Wolof, sendo pronunciada da mesma forma que no português, não só no Senegal, mas também em Gâmbia, Casamanca e Guiné, nomes que os portugueses aprenderam no século XV na Costa Ocidental Africana (VANUCCI, 1999).

As pessoas escravizadas em engenhos e plantações de café em Guaratiba possivelmente já haviam tido contato com os manguezais na África. Esse ecossistema, por oferecer grandes obstáculos aos que não o conhecem, tais como predadores naturais, solo de difícil mobilidade, mudanças repentinas de nível de água que dificultam a navegação, mosquitos transmissores de doenças e etc., tornou-se uma proteção contra os colonizadores.⁸

Os manguezais são um ecossistema característico de zonas tropicais costeiras do sul global. O mangue é o encontro entre a costa, o mar e o rio. África, Ásia e América do Sul. Muitos séculos antes dos europeus saírem pelo mundo com seus barcos e ambições de dominação, povos sambaquis, tupinambás, tupis-guaranis não só viviam uma forte relação com os manguezais, como moldaram esse ecossistema ao longo de milênios, selecionando espécies, construindo um verdadeiro jardim. Na região da reserva de Guaratiba, estão localizados mais de 20 sambaquis⁹, alguns deles comprovam a existência de mais de mil anos de ocupação de pescadores coletores nos mangues da região.

⁷ A Marinha do Brasil moveu durante a década de 1990 onze ações judiciais individualizadas endereçadas a quilombolas da região, articulando a expulsão desses grupos. Das onze ações, a Marinha saiu vitoriosa de duas. (LOPES, 2010, P.11)

⁸ “Estava uma vez os portugueses numa localidade da terra de Brannenbucke chamada, a que já me referi, e aí aconteceu-nos de ficar num rio com o barco seco, porque a maré baixara. Vieram muitos selvagens para nos atacar” Relato do cronista alemão Hans Staden em 1556. Feito prisioneiro dos tupinambás no litoral paulista. In Percepção dos cronistas coloniais sobre o manguezal brasileiro durante os séculos XVI e XVII. (MELO; SILVA, 2009). Link: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=687> (Acessado em 16/10/2021)

⁹ Local de acampamento temporário de comunidades caçadoras, pescadoras e coletadoras, geralmente litorâneas, de forma e dimensão variável, contendo, de acordo com o grau de adaptação ou especialização, quantidades variáveis da fauna de invertebrados e vertebrados, além de vestígios vegetais, e as mais numerosas evidências da

Em pesquisa coordenada por Lina Maria Kneip, cientista do Museu Nacional (UFRJ), foram sistematizadas análises e estudos dos mais de 30 sambaquis da região. De forma bastante resumida, Kneip (1987) identificou que esses grupos viviam principalmente da coleta e da pesca nas regiões próximas aos rios e mangues. Os habitantes daqueles mangues, durante mais de um milênio, viveram naquelas terras pescando, coletando vegetais, moluscos, caçando ocasionalmente alguns animais, sepultando seus mortos naquele manguezal junto com suas caças. Nesses grandes montes de conchas chamados sambaquis, foram encontrados ossos de animais marinhos e terrestres, esqueletos humanos, cerâmicas filiadas à tradição tupi-guarani, lâminas de machado, lascas, núcleos, percutores, geralmente em quartzo ou basalto.

Amaral (2011) em estudo sobre uma série esquelética de 24 indivíduos com datações entre 2.260 ± 160 A.P. à 1.180 ± 170 A.P. do sambaqui espinhal (Guaratiba), a partir dos indicadores de estresse fisiológico, afirmou que é possível deduzir que eles eram povos que remavam e nadavam, constando o alto índice de lesões nos membros superiores.

O modo de vida, a dieta, o local de habitação, a seleção das espécies de vegetais e animais para alimentação reafirma uma linha de continuidade milenar da resistência dos povos dos manguezais ou sociedade dos mangues no território brasileiro. Há milênios povos vivem nos manguezais em um ciclo de mútua construção. Krenak (2019) afirma que a mata atlântica é fruto da interação de povos indígenas com essas espécies, consideramos que, da mesma forma, o mangue e todo seu ecossistema também foram modificados pela relação desses povos, “Plantas e animais são parte de um regime humano de perturbação; eles têm uma história contaminada” (TSING, 2019, P.24).

atuação humana: artefatos de pedra, osso e concha, cerâmica, sepultamentos, resíduos de carvão, cinzas de fogueiras, matéria corante, entre outros, (KNEIP, 1985, p.79).

FIG. 1 - A imagem é uma reconstituição facial em 3D de um crânio encontrado nas escavações dos sambaquis da reserva biológica e arqueológica de Guaratiba. Trata-se de “Ernesto”, como foi nomeado pelos pesquisadores do Museu Nacional.¹⁰



Por sua vez, os europeus, principalmente no século XIX, com o avanço das ideias higienistas, significaram os mangues como transmissores de doenças, lugares religiosamente condenáveis, “zonas obscuras de pântanos”, um obstáculo ao progresso.

Chaves (2008) afirma que, no final do século XVIII e início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro era um grande manguezal. É preciso lembrar que Largo da Carioca, Largo da Lapa, Passeio Público, Praça Tiradentes, Campo do Santana, Cidade Nova, eram zonas de manguezal, por exemplo. Esse ecossistema foi perseguido pelo desejo antropocênico do homem europeu, que principalmente a partir da metade do século XIX, tornou o mangue inimigo número 1 da saúde pública. O ecossistema foi colocado como o principal causador de epidemias e doenças, a teoria dos miasmas fortemente inspirada em Hipócrates, na qual a acumulação de águas é um indicativo de geração de doenças, tornou-se dominante na Europa do século XVIII e XIX. O médico-naturalista Alemão, Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, por exemplo, analisou a epidemia de febre amarela de 1850 no Rio de Janeiro como consequência de determinados ambientes intra-urbanos, onde ocorre a mortal mistura de água salgada com água doce. Os mangues eram vistos como “cancros geológicos”¹¹

¹⁰ Ver mais em: <http://www.abc.org.br/2018/03/26/cientistas-reconstituem-rosto-de-homem-que-viveu-ha-2-mil-anos-no-rio/>. Acesso em: 10 out. 2021.

¹¹ “(...) a condição palustre dominará para sempre no quadro nosológico da cidade, mesmo com as constantes mudanças na topografia do Rio que aconteciam nos últimos quinze anos ... os melhoramentos que aí podem ser vistos ainda assim não são suficientes para mudar as características de planície baixa, plana, de aluvião e é de se esperar que sua atmosfera jamais seja purificada da influência dos terrenos pantanosos de Macacu, Magé, Iguaçú e de outros lugares da costa que serão sempre antros de exalações malsãs que os ventos carregam para dentro da

A cosmovisão europeia projetou sobre o mangue tropical toda carga simbólica negativa já presente nos pântanos do norte global, somada às ideias higienistas, as zonas de mangue da cidade tornaram-se sinônimos de periferia. O combate às epidemias no período estava fortemente ligado à ideia de “melhoramento racial”, já que a febre amarela matava sobretudo os invasores europeus, portanto, na visão higienista, era preciso resguardar a adaptação dos brancos, mudando os ecossistemas tropicais geradores de doenças. São essas regiões pantanosas, com suposta presença de doenças, que as pessoas negras, indígenas, pobres vão conseguir moradia e, principalmente, uma fonte de alimento estável em meio ao avanço urbano. Formaram-se no Brasil as sociedades dos mangues. Foram essas sociedades que impediram o avanço total no aterramento dos manguezais do Rio de Janeiro.

Josué de Castro, brasileiro indicado duas vezes ao prêmio Nobel, foi um dos primeiros cientistas a valorizar o mangue e sua sociedade, o que denominou como sociedade dos mangues. Médico, geógrafo, cientista social, rompeu com o que classificou como pacto do silêncio ocidental sobre a fome. Josué de Castro traça um olhar anticolonialista sobre os manguezais, observando como o ecossistema foi responsável por manter uma dieta alimentar mínima do trabalhador urbano do Recife no começo do século XX. O mangue no Brasil foi e é um “airbag” contra a fome e a falta de moradia. Josué criou o conceito de “homens-caranguejos”, para classificar indivíduos que vivem com suas comunidades nos mangues, que lá encontram ricas fontes de alimento, onde jogam seus dejetos, que são alimentos dos caranguejos, que por sua vez são seus alimentos, um ciclo de vida e morte. Um homem feito de carne de caranguejo, que se refugia na lama contra os ataques da cidade. O autor representa de forma viva a ideia a partir dos seus contos e romances em *Homens e Caranguejos* (2001) e *Documentário do Nordeste* (1959). Inspirado nos autores sertanistas brasileiros e em sua própria vivência nos mangues do Recife, Josué criou narrativas realistas e poéticas:

Começou o arrocho. Só havia uma maneira de desapertar: era cair no mangue. No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. (CASTRO, 1957, p. 26)

O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo. (...) Com as pernas e braços atolados na lama, a família Silva está com a vida garantida. Zé Luís vai para o trabalho sossegado, porque deixa a família dentro da própria comida, atolada na lama fervilhante de caranguejos e siris. (CASTRO, 2001, p. 107)

Inspirados no seu conto “o ciclo do caranguejo”, buscamos construir uma conversa com a obra de Josué de Castro a partir de um documentário mais poético do que didático sobre a sociedade dos mangues da Reserva Biológica de Guaratiba.

Em 2018, iniciei um ciclo de conversas com Seu Manel, um remanescente quilombola dono de um bar em Barra de Guaratiba. Sua família foi expulsa do mangue pelo exército no período da Segunda Guerra, mas se manteve nos roçados junto à serra, onde seu avô criou um mercadinho local. O bar de Manel reúne todo tipo de ossada de peixe, registros em fotos de

cidade(...)” (Bourel-Roncière, p.343, 1872). Ver em CHAVES, Alexandre da Silva. *Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão?* Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2008.

momentos célebres, livros sobre a história da região, um bar-museu. Entre muitas conversas, Seu Manel me indicou a rua Itapuca, local com a presença de muitos catadores de caranguejo, pescadores e cozinheiras dos restaurantes da região. Nessa localidade, tive o privilégio de acompanhar uma comunidade de catadores de caranguejo e pescadores em sua jornada pelo ciclo do caranguejo.

Alguns pequenos retalhos de memórias de pesquisa

Manhã em Barra de Guaratiba, sentados em uma grande pedra que funciona como centro de convivência, moradores da rua Itapuca jogam conversa fora. Beto, vinte e poucos anos, conta que, nesta manhã, foi atacado por um guaiamum¹². Na noite anterior, andava pela estrada dando alguns goles em uma “bujudinha”¹³, quando decidiu guardar alguns goles para o dia seguinte em um esconderijo na beira do mangue. Beto relata então que, no dia seguinte, quando foi buscar seu gole, um guaiamum o impediu e o atacou ferozmente. Beto, mostrando marcas em sua mão, disse que abriu mão do gole para o Guaiamum, que naquele dia parecia irritado. Beto não trabalha com pesca nem mesmo catando caranguejos, mas vive em uma comunidade de catadores. Beto faz parte de uma geração que, por conta da crise ambiental da região, partiu para o trabalho precarizado do meio urbano. Mesmo desconectado diretamente do trabalho no mangue, Beto compartilha de valores e de uma visão ecológica específica, que encara a natureza não como um objeto, mas como um ser dotado de personalidade. Como coloca Krenak (2019):

Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo que eu consigo pensar é natureza. Li uma história de um pesquisador europeu do começo do século XX que estava nos Estados Unidos e chegou a um território dos Hopi. Ele tinha pedido que alguém daquela aldeia facilitasse o encontro dele com uma anciã que ele queria entrevistar. Quando foi encontrá-la, ela estava parada perto de uma rocha. O pesquisador ficou esperando, até que falou: “Ela não vai conversar comigo, não?”. Ao que seu facilitador respondeu: “Ela está conversando com a irmã dela”. “Mas é uma pedra.” E o camarada disse: “Qual é o problema?”. (KRENAK, 2019, P.14)

Pode-se notar a mesma perspectiva entre os Yanomami, colocada por Kopenawa: “O que os brancos chamam natureza, em nossa língua é urihi a, a terra-floresta (...) A floresta está viva, é daí que vem sua beleza. (...) A floresta tem coração e respira, mas os brancos não percebem.”¹⁴ Não parece uma coincidência que os povos sambaquis tenham enterrado seus ancestrais junto com suas “caças”, esses animais possivelmente eram significados como ancestrais também, companheiros de jornada.

Da mesma pedra que narrou seu conto, Beto foi chamado para um mutirão em um terreno no começo da rua. No terreno ao lado, havia um restaurante que foi demolido. O restaurante funcionou durante anos jogando esgoto in natura direto no manguezal, funcionando sem licença, devido à ação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) seu funcionamento foi interrompido. A casa ao lado agora está expandindo um pouco seu terreno com uma nova pequena casa. Próximo ao local, fica a casa de Seu Marino, aposentado, trabalhou muitos anos

¹² Guaiamum é um caranguejo azul da família dos gecarcinídeos, vive nas áreas mais secas do mangue.

¹³ Uma pequena garrafa plástica contendo cachaça.

¹⁴ KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 472-475.

como garçom em bairros de classe média alta como Barra da Tijuca e Recreio. Vive no mangue há algumas décadas. Segundo Marino, seus parentes vieram da Serra de Vargem Grande pro mangue.

No quintal de sua casa, Marino construiu uma espécie de mini baía que, quando a maré sobe, retém parte da água, mantendo o quintal seco. O quintal é cheio de buracos de caranguejos e árvores frutíferas. Quase que diariamente, Marino coloca pedras e aterra o quintal. “As pessoas me veem na rua carregando pedra acham que eu sou maluco”. Seu Marino soma a magra aposentadoria aos ganhos de pesca e coleta diversificada, um pouco de cada iguaria: camarão, peixe, caranguejo, ostra, mexilhão e por aí vai. Tem a venda do coco verde, que ele pega em seu quintal e no mangue também. 60 anos de idade, Seu Marino se orgulha de mergulhar “no peito” na baía de Sepetiba para pegar mexilhões. Seu Marino cultivava algumas espécies de árvores dentro dos manguezais. Evangélico, tem sua rotina de orações em alguns jardins (como ele chama esses locais) nas ilhas do manguezal.

Entre muitas conversas com Marino, decidi compartilhar alguns conceitos de Josué de Castro, principalmente do Homem-caranguejo e a ideia de ciclo do caranguejo. A reação inicial de Marino foi questionar a ideia de ciclo, já que não só as sociedades dos mangues jogam seus dejetos no mangue, que por sua vez viraram alimentos dos caranguejos. Na visão dele, as sociedades dos mangues comem todos os dejetos da cidade. Marino, agachado no quintal, riscou com os dedos a areia, criando representações dos rios que desembocam na Marambaia, me perguntou onde eu morava. Fazendo o caminho do meu esgoto pela bacia do piracão até a Marambaia, ele me mostrou de forma convincente que o mangue se alimenta ou se contamina não só dos dejetos dos homens-caranguejos.

FIG. 2 - Frame retirado de vídeo realizado por Luís Abramo acompanhando Marino.



A companhia siderúrgica do Atlântico (TKSA) uma das maiores do mundo e a Companhia Vale do Rio Doce, foram condenadas no Tribunal Popular dos Povos, realizado em Lima - Peru, em 2008, por contaminar os ecossistemas da baía de Sepetiba com metais pesados, descartando lixo industrial sem qualquer tipo de tratamento.¹⁵ A região coleciona crimes ambientais, sem receber nenhum tipo de reparação do Estado. O pior dos crimes sem dúvida ocorreu na década de 1980, quando a Ingá Mercantil descartou cerca de 3 toneladas de lixo

¹⁵ Veja mais em: <https://parquesnobrasil.info/es/noticia/57330>. Acesso em: 15 out. 2021.

químico na baía de Sepetiba, mudando radicalmente o ecossistema, a relação de milhares de famílias, bairros com a baía de Sepetiba, um genocídio ambiental.(SANTOS, 2012) Desde lá, a baía tem se tornado uma grande lixeira industrial para empresas de péssima reputação, que só são aceitas em países do chamado terceiro mundo, mas que paradoxalmente levam todos os seus lucros para fora e deixam um enorme rastro de morte, doença e destruição.

Marino tira sua comida nas mesmas águas que gigantes da siderúrgica mundial rejeitam seu lixo industrial. O homem-caranguejo no século XXI é um homem-minério-caranguejo. Em 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) investiu cerca de 1,48 bilhão de reais na expansão de um parque industrial na região de Santa Cruz, hoje o bairro tem ocorrência de chuvas ácidas e um aumento vertiginoso na ocorrência de doenças respiratórias. O valor total do investimento da companhia siderúrgica é de 3,6 bilhões de reais.¹⁶ Marino, para exercer sua coleta e pesca, precisa de autorização oficial do Estado, é um dos poucos que possui a carteira. A maioria não consegue transpor as barreiras de burocracia que o órgão impõe. Marino relatou que o mangue é um indicativo de nível de desemprego no bairro, muita gente catando caranguejo significa muita gente desempregada. O desespero da fome e das contas atrasadas gera também uma prática mais predatória.

A comunidade de pescadores e catadores de caranguejo da região vive uma tensão com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). O órgão cumpre um importantíssimo papel de preservação ambiental e conservação dos sítios arqueológicos. Entretanto, existem questões políticas e ambientais que destacam conflitos que tendem a crescer com o avanço do nível do mar. Muitos gestores públicos e agentes de preservação veem aquelas comunidades que vivem próximas aos mangues como agressoras do ecossistema, invasoras de uma região em preservação ambiental. Hoje, essas comunidades estão ameaçadas por dois campos: uma visão ecológica que está desconectada com a história social daquelas terras e o campo industrial predatório. Ambas as visões estão fundadas na noção de antropoceno.

FIG. 3 - Frames retirados de vídeos produzidos por Theus Santos e Luís Abramo acompanhando Marino.



¹⁶ Veja mais em “A realidade por trás da Ternium Brasil” por Moura e Rodrigues (2018). Link: https://diplomatie.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/?fbclid=IwAR1SsD5v9aIr5jruLM5M-wO_KJDO-956NBEK49RM2OQnUupa1G0Eob_AfD0. Acesso em 18 out. 2021.

A perspectiva ambiental preservacionista age a partir de uma lógica de Estado, instituindo fronteiras para “preservar os recursos naturais”, criando zonas intocáveis da terra. As unidades de conservação de uso indireto brasileiras, por exemplo, não permitem a ocupação humana. A instituição dessas fronteiras ambientais tem causado uma série de conflitos com comunidades tradicionais, como os casos de Monte Pascoal (BA), Superagui (PR) e Pico da Neblina (AM) (COSTA, 2011). Em um contexto global de onda conservadora e de guinada à direita dos partidos verdes ambientalistas, a governança ambiental se mostra como um campo chave para o neocolonialismo.

As sociedades dos mangues evidenciam o que Lélia Gonzalez (1984) identificou como neurose cultural brasileira, tendo como sintomática principal o racismo, articulado com o sexismo. A neurose cultural brasileira é pensada a partir da base epistemológica da psicanálise, articulando os conceitos de consciência e de memória:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

A consciência ecológica preservacionista tem um discurso marcado pela generalização da categoria “humano”, partindo do pressuposto de que a interação dos humanos com o meio ambiente é nociva por si só. Esse discurso ou consciência exclui uma memória fundamental: que os manguezais, a floresta, são consequências da interação durante milênios de comunidades tradicionais com esses meios. Esse discurso “esquece” sobretudo a divisão racial das responsabilidades pelos problemas ambientais. Nisto está seu caráter profundamente ideológico. Como igualar a ação das grandes corporações do parque industrial de Santa Cruz com as comunidades de catadores de caranguejo?

Um projeto de economia colonial sequestrou pessoas negras, escravizou indígenas e negros naqueles territórios em nome do comércio internacional. Indígenas e negros se refugiaram no mangue como alternativa de sobrevivência à opressão racial. Após pouco mais de um século de destruição, em um contexto de genocídio ambiental executado pela indústria siderúrgica de Santa Cruz, o Estado busca preservar o que restou expulsando as sociedades dos mangues?

O problema se agrava quando consideramos que o Estado não reconhece como comunidades tradicionais grande parte das sociedades dos mangues de Guaratiba, comunidades integradas por descendentes de negros e indígenas da região que muitas vezes não se identificam com os rótulos promovidos pelo Estado. São comunidades tradicionais sem a “chancela” da academia ou dos governos, mesmo vivendo há séculos nos mesmos territórios, se alimentando, caçando e coletando de forma bastante análoga aos quilombolas e indígenas da região. Vale lembrar que a desconexão com identidades indígenas e quilombolas é um projeto da democracia racial brasileira pautado no etnocídio¹⁷.

¹⁷ Se o termo genocídio remete à ideia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (...), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é

Como indica Pierre Clastres (2014), a antropologia e a economia ao longo de suas histórias classificaram a economia dos povos originários como uma economia de subsistência, sem produção de excedentes, na qual indivíduos ficavam propensos à fome e à escassez. É o mito da economia primitiva miserável já desmentido pela etnografia e pela própria antropologia¹⁸, os manguezais, por exemplo, são áreas de fartura para quem os conhece. A questão conceitual traz um outro problema, como podemos denominar a economia brasileira na qual 19 milhões de pessoas estão em situação grave de insegurança alimentar?¹⁹ Economia de insubsistência? Economia desnutrida?

A fome, assim como a atual condição ambiental decorrem da ação de um modelo de Estado eurocêntrico, que tem suas bases em uma economia colonial na qual a fome é um pressuposto. A fome “produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadoras, monoculturas e latifúndios”²⁰ é um instrumento de biogovernança, uma tecnologia social de morte e vida. As sociedades dos mangues de Guaratiba têm uma economia solidária milenar baseada na interação com os manguezais, são comunidades com laços de solidariedade e responsabilidade social coletiva, na qual a fome é estrategicamente combatida. Pode-se afirmar que o mangue é uma herança ancestral contra a epidemia de fome gerada pela economia neocolonial que assola principalmente as populações pobres, negras e indígenas do Brasil.

O que “algumas pessoas seletas chamam de antropoceno” (...) A grande maioria está chamando de caos social, desgoverno geral, perda de qualidade no cotidiano, nas relações (...)”²¹. Um olhar histórico e social sobre a territorialidade de Guaratiba torna evidente que o “meio ambiente” ou a “natureza” não está sendo destruída pela interação com o “homem”, essa generalização imensurável, mas sim pelos interesses do capital internacional atrelado de forma criminosa aos Estados e governos nacionais. Do século XVI ao XXI, dos engenhos de açúcar à siderurgia nacional, da cachaça à chapa de aço para os “gringos”, se traça uma linha de continuidade dos crimes ambientais e a economia colonial, uma linha que ameaça e coloniza o futuro assim como o lixo industrial no fundo da baía de Sepetiba.

Referências

AMARAL, Marco Túlio Alves Amorim do. **Sambaqui Zé Espinho: o que uma análise paleobiológica pode demonstrar sobre este grupo pré-colonial do litoral brasileiro?** Dissertação de mestrado em Evolução e Biologia Humanas, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. : [s.n.], 2011.

a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento. Clastres, Pierre. *Arqueologia da violência* - pesquisas de antropologia política. São Paulo: CosacNaify. 2014, P.78.

¹⁸ Ver mais em Clastres, Pierre. *Arqueologia da violência* - pesquisas de antropologia política. São Paulo: CosacNaify. 2014, P.172. E CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome* - Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, P. 93.

¹⁹ Dados apresentados na FAO, veja mais em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>. Acesso em: 18 out. 2021.

²⁰ CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome* - Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, P. 50.

²¹ (KRENAK, 2019,p.48)

CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome* - Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAVES, Alexandre da Silva. Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão? Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2008.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência* - pesquisas de antropologia política. São Paulo: CosacNaify, 2014.

COSTA, L. M. Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 6, n. 1 – p. 101-122, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/55936/59322>>. (acessado dia 02/10/2021).

DANOWSKI, D. e CASTRO, E. V. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins-Desterro (Florianópolis) : Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

FERNANDES, M. L. Decodificando geografias pretéritas e hodiernas de Ilha de Guaratiba. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, p. 223-244.1984.

GUZZO, MARINA E TADDEI. “Experiência Estética e Antropoceno: Políticas do Comum para Fins de Mundo”, *Revista Desigualdade e Diversidade*, número 17, pp.72-88, 2019.

KNEIP, L. M. (Coord.) *Coletores e pescadores pré-históricos de Guaratiba*, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Museu Nacional.1987.

KOPENAWA, D. e ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. Programa televisivo Roda Viva entrevista Ailton Krenak - 19/04/2021. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BtpbCuPKTq4> . 2021. (Acessado 27/10/2021)

LOPES, Aline Caldeira. Proprietários ou Invasores? O caso do conflito territorial na Ilha da Marambaia. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, Associação Nacional de História*: Rio de Janeiro, 2010.

MIRZOEFF, Nicholas. «Não é o Antropoceno, é a Cena da Supremacia Branca ou a Linha Divisória Geológica da Cor». In *Buala*, trad. Rita Natálio. 2017.

MOTA, Maria Sarita Cristina. Nas terras de Guaratiba. Uma aproximação histórico jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI-XIX. Tese de doutorado Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro - Instituto de Ciências Humanas E Sociais Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2009.

MOURA, Iara, RODRIGUES, Isabelle. A realidade por trás da Ternium Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil* 21/11/2018, disponível no link: https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/?fbclid=IwAR1SsD5v9aIr5jruLM5M-wO_KJDO-956NBEK49RM2OQnUupa1G0Eob_AfD0 (Acessado dia 27/11/2021)

MURARI, Lucas; SOMBRA, Rodrigo. Entrevista: T.J. Demos. “O antropoceno é um meio para corporações e estados manterem o atual imperativo global quando se trata de governança climática”. *Revista Imagofagia*, n. 17, 2018. Disponível em: <http://www.asaeca.org/imagofagia/index.php/imagofagia/article/view/1585>. (Acessado dia 27/11/2021)

VANUCCI, M. *Os manguezais e nós*: uma síntese de percepções. Trad. De D. Navas Pereira. São Paulo, SP. Editora EDUSP. 1999.

AUTOR – Flávio José de Moraes Junior
E-mail: f.moraes@riseup.net
<http://orcid.org/0000-0002-9145-7924>

Recebido em: **02 nov. 2021**

Aprovado em: **22 nov. 2021**